

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**RIZA MARIA RIBEIRO VIEIRA**

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO  
MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO-RS**

**Dom Pedrito  
2018**

**RIZA MARIA RIBEIRO VIEIRA**

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS ESCOLAS DO CAMPO DO  
MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO-RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Educação do Campo da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título Licenciada em Educação do Campo-Ciências da Natureza.

Orientador: Denise da Silva

**Dom Pedrito  
2018**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

V658a Vieira, Riza Maria Ribeiro

Análise das políticas públicas para a educação do campo do  
município de Dom Pedrito-RS / Riza Maria Ribeiro Vieira.

45 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade  
Federal do Pampa, EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2018.

"Orientação: Denise da Silva".

1. Políticas Públicas. 2. PRONACAMPO. 3. Educação do Campo.  
I. Título.

RIZA MARIA RIBEIRO VIEIRA

**ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS ESCOLAS DO CAMPO DO  
MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO-RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Educação do Campo da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de licenciada em Educação do Campo - Ciências da Natureza.

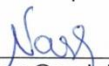
Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 13, novembro, 2018.

Banca examinadora:



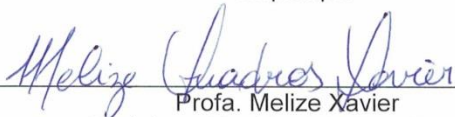
---

Profa. Dra. Denise da Silva  
Orientadora  
Unipampa



---

Profa. Dra. Shirley Grazieli da Silva Nascimento  
Unipampa



---

Profa. Melize Xavier  
Prefeitura Municipal de Dom Pedrito

Dedico este trabalho à minha mãe Maria Thereza e ao meu pai Antônio José Ribeiro (in memoriam) cuja sabedoria, nobreza de caráter, espírito de luta e amor ao próximo, forjaram meu caráter. Dedico este trabalho também, à minha orientadora Denise da Silva por corroborar de forma incondicional no sentido de forjar minha escrita e formação acadêmica.

## AGRADECIMENTO

Este é um momento ímpar, mais que uma vitória, representa o objetivo de uma trajetória de vida, o qual, pelas contingências políticas, econômicas e sociais vividas, só agora tornou-se real.

Nesse sentido, meus agradecimentos, à minha mãe Maria Thereza por sempre se fazer presente e pelos ensinamentos e valores transmitidos. Extensivo também, aos meus irmãos Carlos Alberto Ribeiro (in memoriam), Nelci Ribeiro, Luís Mario Ribeiro e Demétrio Ribeiro que sempre me apoiaram e valorizaram.

Agradeço também a todos os familiares, ao meu tio Fernando Chagas, meus sobrinhos (as), em especial Uiliam Ribeiro, prestativo e presente; Ângela Pereira, uma incentivadora; Luciane Ribeiro sempre disponível para auxiliar; Demétrio Alves Ribeiro e Marcelo Ribeiro também pelo carinho que sempre manifestaram.

Transmito também este sentimento de gratidão às minhas sobrinhas e afilhadas Carla Ribeiro, que mesmo morando longe, sempre esteve presente em minha vida, de forma afetuosa e solidária e a Luciana Ribeiro pelo afeto e contribuições.

Meus agradecimentos a Sergio Cavalheiro da Cunha que somou nesta trajetória, acreditando na minha capacidade de vencer obstáculos.

Meus mais profundos e sinceros agradecimentos à professora Dr<sup>a</sup> Suzana Cavalheiro e professora Dr<sup>a</sup> Denise da Silva, responsáveis pela coordenação atual do curso Educação do Campo, função que têm desempenhado com bravura, na busca por nossos direitos e organização do curso.

Agradeço a todos os professores, desde início da jornada acadêmica, pelos aprendizados, que possibilitaram desenvolver-me criticamente, com a consciência de que, aprender é processo permanente e que devemos ser humildes para o reconhecimento dessa verdade.

Sou extremamente grata à equipe de funcionários da UNIPAMPA, iniciando pela recepção, equipe responsável pela limpeza interna e externa do campus, aos técnicos dos laboratórios, ao pessoal da secretaria, aos bibliotecários.

Agradeço à escola Bernardino Ângelo, cuja equipe diretiva e professores afetosamente me acolheram por ocasião do Estágio. Também aos estudantes com os quais convivi e dividi a experiência e alegria de ser professora.

Agradeço às minhas colegas de turma, e aos colegas das outras turmas da Lecampo.

À minha comadre e amiga Otília Porto que sempre me apoiou e se fez presente em minha vida, como também à minha comadre Ineuza Garcia, pelo carinho.

À Arlene Borges, que não mediu esforços para ajudar-me e acreditou e torceu por mim.

Meus agradecimentos a minha amiga Claudia Barros, pelo incentivo e por acreditar que eu seria capaz de trilhar essa jornada acadêmica.

À Angela Fernandes pela gentileza e emanção de forças e energias positivas.

Ao Claudiomar Goularte, pelo apoio junto à minha mãe, durante esta minha caminhada.

Enfim, sou grata a todas as pessoas amigas, vizinhas ou conhecidas, que de alguma forma se fizeram presentes, seja através de palavras ou simplesmente pela gentileza de um alegre cumprimento.

*“Tenho impressão de ter sido uma criança brincando à beira mar, divertindo-me em descobrir uma pedrinha mais lisa ou uma concha mais bonita que as outras, enquanto o imenso oceano da verdade continua misterioso diante de meus olhos.”*

(Isaac Newton)



## **RESUMO**

Neste trabalho apresentamos uma pesquisa que teve como objetivo conhecer e verificar a inserção de políticas públicas nas escolas do Campo. Assim, utilizou-se de uma abordagem qualitativa, via estudo de caso. Investigaram-se duas escolas do campo do município, foram considerados sujeitos de pesquisa quatro profissionais que atuam direta e indiretamente nas instituições. Para análise dos dados usou-se da Análise de Conteúdo. Os dados obtidos apontam que as Escolas são atendidas por políticas públicas. Observou-se que as compreensões dos entrevistados são singelas e a questão transporte a única política enfatizada.

Palavras-chave: Educação do Campo; Políticas públicas; PRONACAMPO;

## **ABSTRACT**

In this article we present a research the objective is to know the insertion of public policies in countryside schools. Therefore, a qualitative approach was used through a case study. We investigated two countryside schools in Dom Pedrito, more specifically four professionals that work directly and indirectly in the institutions. We used content analysis to analyze the data. The results obtained indicate that the schools is served by public policies. It was observed that the interviewees' understandings are simple and the transportation issue was the only policy emphasized

**KEYWORDS:** Field Education; Public Policies; Pronacampo.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa das escolas rurais .....	31
Figura 2: Organograma da análise .....	33
Figura 3: Mapas das escolas rurais do município .....	39

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: categoria, subcategorias e nº de relatos orais dos pesquisados em relação a temática.....	35
---	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAE	Conselho da Alimentação Escolar
CGU	Controladoria Geral da União
CEFFAS	Centro Familiar de Formação por Alternância
CEFT	Centro Federal de Educação Tecnológica
CONSED	Conselho de Secretários Estaduais de Educação
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
DETRAN	Departamento Nacional de Trânsito
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMREF	Escola Municipal Rural de Ensino Fundamental Anna Riet Pinto
EMRSM	Escola Municipal Rural Sucessão dos Morais
ENERA	Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária
FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FNDE	O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MST	Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra
PAR	Plano de ações articuladas.
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola.
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNBE	Programa Nacional Biblioteca na Escola
PNATE	Programa Nacional de Transporte Escolar
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PPP	Projeto Político Pedagógica
PRONAFE	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROCAMPO	Programa de apoio a Formação Superior em Educação do Campo
PRONACAMPO	Programa Nacional de Educação do Campo

PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico
RENAFOR	Rede Nacional de Formação de Professores
RESAB	Rede de Educação do Semiárido Brasileiro
SINAFOR	Sistema Nacional de Formação
SIMEC	Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finança do Ministério
SMEC	Secretaria Municipal de Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCU	Tribunal de Contas da União
UEX	Unidade Executiva Própria.
UNICEF	Fundo Das Nações Unidas Para a Infância
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UnB	Universidade de Brasília
UNDIME	União dos Dirigentes Municipais de Educação
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
SECADI	Secretaria de Educação Continuada e Inclusão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>2. CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>17</b>
<b>2.1. Políticas Públicas: algumas definições .....</b>	<b>18</b>
<b>2.2 Políticas Públicas Educação do Campo .....</b>	<b>18</b>
2.2.1- Programa Nacional da Reforma Agrária – PRONERA.....	19
2.2.2 Programa Nacional de Educação do Campo- PROCAMPO .....	20
2.2.3- Programa Nacional da Educação do Campo- PRONACAMPO .....	21
<b>3. METODOLOGIA .....</b>	<b>29</b>
<b>3.1 Classificação da Pesquisa .....</b>	<b>30</b>
<b>3.2 Sujeitos da Pesquisa .....</b>	<b>31</b>
<b>3.3 Instrumentos de coleta de dados .....</b>	<b>32</b>
<b>3.4 Análise e Tratamento dos dados .....</b>	<b>32</b>
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>34</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>43</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>45</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A Educação do Campo emerge das históricas lutas das populações do Campo, pela outorga e constituição de direitos políticos e sociais viabilizados por políticas públicas que promovam uma educação compatível com suas diversidades culturais, estilo de vida e trabalho. Monica Molina, Roseli Caldart, Florestan Fernandes, entre outros escritores, muito bem retratam através de suas obras, o movimento desses sujeitos e apregoam a urgência da valorização da figura do colono e promoção de sua cidadania, através de uma educação que lhes desperte a consciência crítica, autoestima e lhes permita viver no campo, desenvolver-se e contribuir para um mundo melhor, mais humano e sustentável.

Os povos do campo foram escutados e suas demandas discutidas, em um encontro, em Lusitânia-GO, 1997, na Universidade de Brasília-UnB, registrado como o primeiro Encontro Nacional de Educadores e Reforma Agrária- ENERA. A partir desse encontro, nasce a Educação do Campo e nesses vinte anos, vem se consolidando a área, em consequência várias políticas públicas que vem sendo implementadas.

Emanou desse evento o Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária- PRONERA(1998), que alavancou outros, como Programa de Apoio a Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo-PROCAMPO (BRASIL 2007) e o Programa Nacional de Educação do Campo-PRONACAMPO (BRASIL 2012). Dentre essas novas políticas é necessário considerar uma já existente e que é de fundamental importância para a manutenção do estudante na escola, que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE (BRASIL 2009). Na perspectiva demanda das pela Educação do Campo, neste último, tem-se assegurados, que 30% da compra de produtos alimentícios devem ser oriundos da Agricultura Familiar, o objetivo é promover o consumo de alimentos saudáveis e incentivo ao trabalho do povo do Campo.

Considerando que faço parte de um curso de Licenciatura em Educação do Campo, em que há discussões/espços formativos para além da docência, percebi que enquanto educadora será necessário conhecer como se desenvolvem as atividades em escolas do campo. Neste contexto vejo a necessidade de aprofundar os conhecimentos nas políticas públicas que são/estão direcionadas para estas



instituições. Neste estudo buscou-se conhecer a realidade das escolas no âmbito das políticas públicas. Com esta perspectiva, o trabalho estruturou-se em quatro capítulos. No capítulo dois, trazemos Os Conceitos Gerais de Revisão de Literatura, onde explicita-se conceitos gerais e estruturantes para a temática, e as Políticas Públicas a partir dos Programas: PRONERA PROCAMPO, PRONACAMPO E PNAE. No capítulo três está a Metodologia que compreende os caminhos percorridos para obtenção e tratamento dados. No capítulo quatro temos os Resultados, com uma breve discussão. E para concluir, no capítulo cinco temos as Considerações Finais que são ponderações e/ou considerações dos principais aprendizados referentes ao processo desta pesquisa.

### **Objetivo Geral**

- Verificar quais são as Políticas Públicas que estão disponíveis para as escolas do campo de Ensino Fundamental do município de Dom Pedrito.

### **Objetivos Específicos**

- Analisar as Políticas Públicas disponíveis para as Escolas de Campo de Ensino Fundamental do município de Dom Pedrito.
- Verificar como o município gerencia as políticas públicas para as escolas do campo.
- Conhecer as compreensões dos sujeitos envolvidos sobre o cumprimento das políticas públicas nas escolas do campo do município.

## **2. CONCEITOS GERAIS E REVISÃO DE LITERATURA**

Considerando a importância das Políticas Públicas que atendem as escolas do campo, e para consubstanciar a pesquisa, faz-se necessário compreender as lutas das populações do campo por uma educação compatível com suas raízes, cultura e tradições. É relevante também, conhecer marcos históricos resultantes desses embates e consequências dos mesmos para os educandários camponeses e formação de seus atores.

## **2.1. Políticas Públicas: algumas definições**

Há várias definições e modelos de Políticas Públicas, e não se pode afirmar que exista uma definição mais correta e significativa que outra. Políticas Públicas são estratégias usadas pelo estado para que sejam efetivados direitos constitucionais com o intuito de resolver um problema de carência ou excesso numa determinada esfera. Essas políticas muitas vezes não são implantadas, não alcançando assim seus objetivos, visto que, os responsáveis por essa execução, a delegam para outras instâncias, inclusive não governamentais, (SOUZA, 2006).

Segundo essa mesma autora, o principal ponto de análise da Política Pública, é entender e identificar a problemática que essa política pretende resolver, condução e chegada desse problema ao sistema político, à sociedade política e nas instituições, nas quais serão regradas e adequadas às necessidades a serem supridas. Somente a partir de então, será modelada e liberada sua implementação.

## **2.2 Políticas Públicas Educação do Campo**

A educação do campo se fez marcada por uma multiplicidade de momentos, resultantes das lutas históricas das populações do campo por uma educação mais humana e identificada com os valores, cultura e perspectivas de vida dos sujeitos dessas comunidades. É com esse sentido que Arroyo, Caldart e Molina (2004), fazem um estudo do ideário da Educação do Campo, através do registro de relatos desses diversos encontros que enfatizam que nos últimos vinte anos, esses grupos militantes dessas lutas, vêm mostrando à sociedade que há vida no campo.

Os indivíduos, as comunidades camponesas proclamam serem escutados como participantes ativos dessa sociedade, libertando-se do paradigma da exclusão, cuja cidadania é ignorada, impedida sua prática e pleno e democrático exercício. Esses complexos entendimentos e concepções trazem implícito o debate sobre os direitos dos povos camponeses perpassando pela importância das Políticas Públicas como forma de consolidá-los, nesse seguimento, Molina (2012) sinaliza:

Na história da Educação do campo, o debate e a compreensão sobre o tema das políticas públicas torna-se relevante porque, desde o seu surgimento a Educação do Campo se configura como a demanda relativa à garantia do direito à educação para os trabalhadores rurais. (MOLINA, 2012, p.585).

As reivindicações dessas populações sinalizam então um novo momento da educação brasileira para o campo, que é concebido por esses sujeitos, como um novo capítulo na educação brasileira. É percebido como o nascimento de um Projeto de Educação cujos protagonistas são os trabalhadores e trabalhadoras do campo e suas organizações sociais.

Os textos que se referem a esses encontros reivindicatórios, são discutidos pelos pesquisadores da área (ARROYO, CALDART E PEREIRA, 2012) fundamentando o livro “Por Uma Educação do Campo”. Configuram-se como testemunhos dessa história, sinalizando a construção de um direito e refletem o debate por uma Educação do Campo. Nesses textos estão presentes os questionamentos sobre consciência social dos responsáveis pela educação, ou seja, os pedagogos, os docentes e a quem cabe a responsabilidade constitucional de garantir a todos o direito à educação.

A partir do primeiro Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), evento que se realizou em 1997, em Goiás, na Universidade de Brasília (UnB). Desse encontro emergiram diálogos e debates sobre a escola do campo, constituindo-se em espaço de discussões sobre políticas educacionais para povos camponeses.

A educação da Reforma Agrária e Educação do Campo surgem, simultaneamente, embora diferentes entre si, porém se complementam, sendo a Educação da Reforma Agrária, como uma parte da Educação do Campo. A partir do encontro supracitado, foram desenvolvidos procedimentos para a consolidação de três programas específicos para contemplar as demandas, os quais, a seguir, serão brevemente apresentados.

### **2.2.1- Programa Nacional da Reforma Agrária – PRONERA**

O PRONERA surgiu em 1998, e tem como meta a valorização e fortalecimento do meio rural enquanto território de vida, em todos os seus segmentos: econômico, social, político, cultural e ético. Na fala de Fernandes (2012) observamos que o surgimento deste programa, bem como da Educação do Campo buscam atender as demandas da população camponesa,

O PRONERA e a Educação do Campo nasceram na contramão das políticas compensatórias neoliberais. Surgiram como alternativas, como políticas emancipatórias, fundamentando-se nos princípios da emancipação, promovendo a universalização do conhecimento a partir de territórios definidos (FERNANDES, 2012, p.17).

A partir do surgimento do PRONERA, jovens e adultos que trabalham nas áreas da reforma agrária, passam a ter direito à alfabetização e continuação dos estudos em diferentes níveis de ensino. Essa ação representa o esforço do governo na promoção da justiça no campo, democratizando o acesso à educação.

Por meio desse programa, a configuração do compromisso com a educação como instrumento público torna-se viável a implementação de novos padrões de relações sociais no trabalho, na organização do território e nas relações com a natureza nas áreas de reforma agrária.

O PRONERA apresenta como objetivo:

Fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável. (BRASIL, 2004, p. 17).

O trânsito desta política, nos mais diferentes âmbitos de atuação, influenciou e contribuiu na formulação de novas políticas objetivando mais desenvolvimento para o campo, através de ações educativas, que incidirão na formação das populações do campo, as quais a seguir serão relatadas.

### **2.2.2 Programa Nacional de Educação do Campo- PROCAMPO**

O PROCAMPO, criado em 2007, através do Ministério da Educação, pela iniciativa da então Secretaria de Educação Continuada, surge através de parcerias com as Instituições Públicas de Ensino Superior. Objetiva fomentar o surgimento de políticas para a formação docente por área de conhecimento e construção de cursos Licenciaturas em Educação do Campo. Integra ensino, pesquisa e extensão, e tudo que se relacione a valorização e cidadania dos habitantes do campo.

O PROCAMPO tem também por objetivo, desconstruir os saberes fragmentados dos componentes curriculares, que não tenham conexão com a realidade e modo de vida dos indivíduos do campo. Nesta perspectiva, entende-se que o campo precisa, portanto, de educadores que entendam as especificidades e demandas dos seus sujeitos (BRASIL 2012). Para efetivação desta política de forma mais específica, desponta o Programa Nacional de Educação do Campo- PRONACAMPO (BRASIL, 2012), que a seguir o caracterizo.

### **2.2.3- Programa Nacional da Educação do Campo- PRONACAMPO**

Para efetivação de políticas mais específicas para a Educação do Campo, surge o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) que foi instituído em 20 de Março de 2012, se constituiu a partir das discussões do grupo de trabalho coordenado pelo MEC e pela Secretaria de Educação Continuada e Inclusão-SECADI. NA construção da proposta, os seguintes órgãos e instituições apoiadoras: Conselho de Secretários Estaduais de Educação do CONSED, União dos Dirigentes Municipais de Educação- UNDIME, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura CONTAG, Movimentos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra-MST, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar-FETRAF, Rede de Educação do Semiárido Brasileiro-RESAB, Universidade de Brasília-UNB e Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG.

Esse programa possui ações específicas para apoiar a Educação do Campo e a Educação Quilombola, embasada nas reivindicações históricas dessas populações, para que o direito a educação fosse efetivado. O objetivo geral do PRONACAMPO ficou assim redigido:

“Disponibilizar apoio técnico e financeiro aos Estados, Municípios e Distrito Federal para implementação da Política de Educação do Campo, visando ampliação do acesso e qualificação da oferta da Educação Básica e Superior por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombolas, em todas as etapas de ensino.” (BRASIL, Decreto nº7352/2010 p. 1).

O programa constitui-se de Políticas Públicas que fomentam a estruturação pedagógica, econômica política e social das escolas do campo, garantindo seu funcionamento. O PRONACAMPO divide-se em quatro eixos: (I) Gestão e Práticas Pedagógicas; (II) Formação Inicial e Continuada de Professores; (III) Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional; (IV) Infraestrutura Física e Tecnológica.

A seguir serão apresentadas, rapidamente, as políticas que perfazem os quatro eixos do programa.

#### **Eixo 1: Gestão e Práticas Pedagógicas**

##### **1.1 Programa Nacional do Livro Didático - PNLD Campo**

Este Programa prevê a geração e difusão de materiais didáticos, que possibilitem o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem de forma contextualizada e em conformidade com as diretrizes operacionais da educação do campo na Educação Básica. Segundo o documento orientador Programa Nacional de Educação do Campo, Brasil (2013), para atender aos objetivos do PNLD Campo, em conformidade com o Edital PNLD/FNDE nº5/2011, suas diretrizes visam contemplar a produção distribuição de coleções com metodologias caracterizantes do sujeito do campo e suas demandas, cujos conteúdos e currículos favoreçam o entrelaçamento entre conhecimentos científicos e os conhecimentos e saberes das populações do campo. Essas diretrizes indicam que, para ter acesso e adquirir essas coleções, será lançado Edital para as redes de ensino que participam do PNLD Campo. Será feita a seleção, com base numa primeira e segunda opção. Para que haja essa seleção é necessário a participação da comunidade, gestores e docentes das Instituições de Ensino do Campo e Quilombolas e ainda considerar a correlação das coleções com a proposta pedagógica.

## **1.2 Programa Nacional Biblioteca na Escola – PNBE Temático**

Esta política objetiva atender de escolas da rede pública de ensino, com obras de referência que ampliem a compreensão de professores e estudantes sobre a temática da diversidade, inclusão e cidadania, com foco no desenvolvimento das interações sociais, para tanto, coloca à disposição obras que contemplem: “a Educação Indígena e Quilombola; de Gênero e Diversidade Sexual; Étnicos Raciais; a Juventude; Educação Especial; Educação de Jovens e Adultos.” (BRASIL, p.7).

Para atender a modalidade Educação do Campo, segundo documento orientador, as obras devem conter,

“referenciais para a compreensão do campo, no contexto socioeconômico e cultural brasileiro, abordando agroecologia, desenvolvimento sustentável, territorialidade, questão Agrária, produção agrícola, desenvolvimento econômico, história e cultura das diferentes populações do campo”. (BRASIL,2013, p.7).

No que concerne a modalidade de Educação Quilombola, as obras são direcionadas para o entendimento das comunidades originárias dos quilombos. Compreensões acerca dos “espaços de resistência, sob o enfoque da

territorialidade, cultura ancestralidade, religião e tradição oral, e da história e saberes tradicionais das diferentes comunidades”, (BRASIL, p.7,2013).

### **1.3 Mais Educação Campo**

A finalidade deste Programa é a construção da proposta de educação integral, tanto nas escolas do campo quanto nas comunidades quilombolas. Os subsídios específicos, disponibilizados, permitem aumentar a jornada escolar, somando atividades de acompanhamento Pedagógico, aperfeiçoamento e adequação curricular, nas diversas áreas do conhecimento, Brasil (2013)

Quanto aos planos de atendimento deverão ser definidos conjuntamente com o Projeto Político Pedagógico- PPP das instituições de ensino, por meio de atividades que aumentem o tempo, espaços e oportunidades educativas, na perspectiva da educação integral.

### **1.4 Escola da terra**

Este Programa promove melhoramento e aperfeiçoamento nas condições de acesso, permanência e aprendizagem dos discentes do campo e quilombolas, em suas comunidades, por meio apoio à formação de professores É viabilizado por intermédio da formação de professores que atuam em turmas multisseriadas dos anos iniciais do ensino fundamental, fortalecendo a escola como espaço de vivência social e cultural, Brasil (2013). Através dessa ação, há disponibilização de material didático pedagógico, como também de acompanhamento pedagógico e formação de professores.

## **Eixo 2 - Formação de professores**

### **2.1 Formação Inicial de Professores**

Neste programa é priorizada a formação de professores que já atuem na Educação do Campo e quilombola, para que os mesmos tenham garantidos seu ingresso aos cursos de licenciatura direcionados para docentes nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Esta é uma ação que se configura por meio de cursos de Licenciatura do Campo- PROCAMPO. Terá a organização do currículo cumprida em Regime de Alternância tendo um Tempo Escola e um Tempo Comunidade. Deverá abranger os anos finais do ensino fundamental e ensino médio, em uma das áreas do conhecimento: linguagem e códigos, ciências humanas, ciências da natureza, matemática e ciências agrárias, Brasil(2012).

O ingresso dos cursistas se efetivará via processo seletivo, cuja definição ficará a cargo da instituição de ensino formadora ofertante, que garantirá prioritariamente a formação inicial de professores em exercício, nas escolas do campo, e que ainda não possuem formação superior.

## **2.2 Formação Continuada De Professores**

“Esta ação objetiva apoiar a oferta de formação continuada de professores, gestores e coordenadores pedagógicos, que atuam na educação básica, nas diferentes etapas e modalidades em Escolas do Campo e quilombolas” (BRASIL, p.11, 2013). Serão ofertados por instituições Públicas de Ensino Superior no âmbito da Rede Nacional de Formação-RENAFOR e da Universidade Aberta do Brasil UAB.

Para a Educação do Campo e quilombola foram disponibilizados os cursos Educação do Campo, Educação Quilombola, EJA Saberes da Terra, Classes Multisseriadas e Educação Integral.

## **Eixo 3 - Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional e Tecnológica.**

### **3.1 EJA Saberes da Terra**

Este programa tem como objetivo,

“elevant a escolaridade de jovens e adultos, em conformidade a um projeto de organização e expansão da oferta da modalidade educação de jovens e adultos, anos iniciais e finais do ensino fundamental de forma integrada à qualificação profissional e ensino médio”,(BRASIL,2013,p.12).

Para que essa ação possa ser colocada em funcionamento, as secretarias de educação receberão apoio técnico e financeiro, com base na Lei nº 12. 695/2012 será disponibilizado aos Sistemas de Ensino para a oferta do primeiro ano de turmas iniciantes de educação de jovens e adultos, integrada à qualidade profissional. Em consonância com a resolução FNDE nº 48/2012, “será utilizado o valor mínimo por estudante, definido nacionalmente para EJA e calculado a partir do início do funcionamento de nova turma”, (BRASIL, 2013, p. 12).

As propostas de qualificação e Ensino Técnico serão desenvolvidas através da articulação com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico – PRONATEC, o qual financiará as ações desenvolvidas pelos Institutos Federais e Escolas Técnicas da Rede Estadual no âmbito dessa ação, que tenham experiências e atuação na educação do campo.



Segundo esse mesmo documento, “deverão ser assegurados, os princípios da alternância, da Educação do Campo, educação popular e desenvolvimento sustentável”. Para contribuir na elaboração da proposta, está prevista a realização de reuniões para articulação entre Secretarias, Instituições Federais e Movimentos Sociais, bem como a formação de coordenadores pedagógicos e educadores no âmbito da Rede Nacional de Formação de – Professores- RENAFOR.

### **3.2 - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego- PRONATEC Campo**

O PRONATEC objetiva propiciar inclusão social de jovens e trabalhadores camponeses, desenvolvendo e ampliando a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, e também a oferta de cursos de Formação Continuada. Para implantação do PRONATEC, foram constituídos Comitês Estaduais PRONATEC CAMPO E Colegiados PRONATEC Campo Territoriais.

Esta ação tem como demandante o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA e tem as seguintes Instituições ofertantes: os Institutos Federais, as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, Centro Federal de Educação Tecnológica-CEFT e Redes Estaduais. No que concerne à Bolsa Formação PRONATEC CAMPO, os ofertantes podem fazer acordos de parceria, com prefeituras, redes de Assistência Técnica e Extensão Rural-ATER, Centro Familiar de Formação por Alternância-CEFFAs, entre outras entidades, Brasil(2013).

## **Eixo 4 - Infraestrutura Física e Tecnológica**

No Quarto Eixo do PRONACAMPO gerenciam-se os programas: Construção de Escolas, Inclusão Digital, PDDE Campo- Programa Nacional Dinheiro Direto na Escola, PDDE- Água e Esgoto Sanitário, Luz Para Todos na Escola, Transporte Escolar. A seguir, será apresentada a intencionalidade de cada política, e suas respectivas características e ações.

### **4.1 Construção de Escolas**

Esta política disponibiliza suporte técnico e subsídio, para que a escola ofereça aos estudantes um ambiente físico adequado. Para que possa suprir suas necessidades de manutenção da infraestrutura, construção de escolas com prédios adequados às especificidades da educação do campo, que contemple módulos

pedagógicos a duas, quatro e seis salas de aula, módulo administrativo de serviço e para atividades práticas.

#### **4.2 Inclusão Digital**

O programa Inclusão Digital, viabiliza o uso pedagógico da tecnologia de informação nos educandários campesinos, fornece computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais, (BRASIL 2013). Esta ação é caracterizada pela disponibilidade de equipamentos tecnológicos de informação, para que a escola faça uso da educação digital, e conseqüentemente professores mais participativos no processo de formação e planejamento de aulas.

#### **4.3 Programa Dinheiro Direto na Escola PDDE Campo**

Esta política traz como proposta, disponibilizar recursos financeiros de custeio e de capital, para as escolas públicas municipais, estaduais e distritais das comunidades do campo que tenham estudantes matriculados no ensino fundamental. A finalidade é promover adequação e reformas na infraestrutura física dessas instituições, para o pleno desenvolvimento das atividades educacionais e pedagógicas e qualificação do ensino. O PDDE é regido pela Lei 11.947, de 16 de junho de 2009, e por resoluções do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

#### **4.3 PDDE Água e Esgoto Sanitário**

Esta ação tem como objetivo, propiciar recursos financeiros e de capital, com vistas a melhorias no abastecimento de água apropriada para consumo, e esgotamento sanitário nas Escolas de Campo e Quilombolas, (BRASIL, 2013)

Os recursos financeiros de capital serão direcionados para manutenção da infraestrutura do prédio, tanto para construções, quanto para recuperação da infraestrutura da escola.

Esta política disponibiliza recursos financeiros e de capital para custeio de despesas de escolas do campo e quilombolas, para garantir o abastecimento de água em condições de consumo e esgotamento sanitário, (BRASIL, 2013 p.16). Esta ação se configura no sentido que, os recursos econômicos repassados devem ser canalizados para compra de equipamentos, instalações hidráulicas e contratação de trabalhadores, para construção de poços, fossas sépticas, para manter o abastecimento contínuo de água própria para o consumo humano e esgotamento sanitário.

#### **4.4 Luz para todos na Escola**

Este programa, trás implícito em seu objetivo fornecimento de energia elétrica, em articulação com o Programa Luz para Todos. As escolas que não possuem energia elétrica terão atendimento prioritário no Programa Luz para todos do Ministério de Minas e Energia, (BRASIL, 2013,17).

#### **4.5 Transporte Escolar**

Esta política tem como objetivo apoiar as instituições de ensino para garantir que os estudantes do campo sejam transportados com o menor tempo possível no percurso de suas moradias até a escola, conforme a especificidade regional, cultural e os limites de idade dos educandos. A disponibilização de transporte escolar será conforme demanda apresentada pela secretaria de Educação no PAR (BRASIL, 2013, p.17). Com relação aos recursos referentes ao transporte, temos o Programa Nacional do Transporte que faz transferência automática de recursos financeiros, com a finalidade de subvencionar gastos com seguros, licenciamentos, manutenção e também para terceirização de transporte, para que se realize de forma mais segura e qualificada, para os estudantes da Educação Pública Básica, residentes em área rural.

A operacionalização do PNATE se dá através das secretarias de educação/ órgãos competentes, a partir de dez parcelas a partir de fevereiro a novembro, de acordo com o número de alunos matriculados e do Senso Escolar do ano anterior. Essa Política Pública do PRONACAMPO A política supramencionada é fundamental, uma vez que ajuda a manter os estudantes na escola, pois se sabe que o distanciamento da instituição e suas residências são significativos, cuja ausência do transporte inviabiliza o funcionamento da escola. Portanto, o transporte escolar contribui para o fortalecimento do desempenho pedagógico proporcionando continuidade nos estudos, fator determinante para a tranquilidade dos pais, que podem dedicar seu tempo às atividades campesinas, produção de alimentos e comercialização dos mesmos gerando renda para sua sobrevivência.

#### **4.6 Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE**

O PNAE é uma política que contempla ações direcionadas para a alimentação escolar, conjuntamente com propostas de educação alimentar e entendimentos sobre o benefício de cada alimento para o organismo humano e a importância de uma vida saudável. O Programa não se atém apenas disponibilizar alimentos, mas busca através do seu fornecimento, o entendimento e compreensão dos mesmos no benefício à saúde humana. Além de estimular a economia local, visto que 30% desses alimentos devem ser provenientes da agricultura familiar. Através do governo Federal, é feito o repasse do subsídio econômico, aos estados, municípios e escolas federais, para que essa política seja suplementada. Esse repasse é feito, através de dez parcelas mensais, compreendendo os meses de Fevereiro a Dezembro cobrindo duzentos dias letivos, fundamentado no e em conformidade com o número de estudantes matriculados em cada rede de ensino. O PNAE é fiscalizado por intermédio da sociedade, via Conselho de Alimentação Escolar (CAE), e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação (FNDE), pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público. O repasse é feito aos municípios por meio do Censo Escolar do ano anterior ao do atendimento e conforme a LEI N° 11.947. de 16 de junho de 2009.

A destinação e o atendimento proporcionados pelo PNAE são para a Educação Básica (infantil ensino fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos-EJA, matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias conveniadas com o poder Público). Esse Programa contempla milhões de brasileiros, conforme previsão do artigo 208, incisos IV e VII da Constituição Federal. Para acessar esse benefício, a escola precisa estar cadastrada no Censo Escolar, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC).

O PNAE é originário da década de quarenta, porém, não foi oferecido por falta de recursos financeiros. Na década de cinquenta, pela primeira vez se estabelece um plano de merenda escolar em âmbito nacional sob a responsabilidade Pública, no qual foi oferecido leite em pó de boa qualidade, pela UNICEF. Somente em 1979 passou a chamar-se PNAE. A partir da promulgação da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), ficou assegurado o direito à alimentação escolar, a ser fornecida pelo governo federal, estaduais e municipais. A partir de 2006, uma grande

conquista, foi a exigência da presença do nutricionista técnico, no quadro técnico de profissionais responsáveis pela execução do programa, aumentando a qualidade do mesmo.

Para a execução do PNAE, a Lei nº 11947, de 16 de Junho de 2009, (BRASIL, 2009), institui como diretrizes da alimentação escolar:

**Alimentação saudável e adequada-** Orienta no sentido do uso de alimentos seguros, compatíveis com a cultura de cada comunidade. Que esses alimentos contribuam para que o estudante possa desenvolver-se e ter um crescimento saudável, tendo em vista o rendimento escolar de acordo com sua idade e estado de saúde, incluindo também, todos os estudantes que necessitem de atenção diferenciada e específica.

**Educação Alimentar e Nutricional-** Propõe e determina que seja incluído no currículo escolar, Educação Alimentar e Nutricional no processo de ensino aprendizagem. Propõe também que sejam desenvolvidas práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.

**Universalização-** Atendimento a todos os alunos matriculados na rede pública de educação básica.

**Participação Social-** Por meio do Conselho Nacional de Alimentação Escolar (CAE), o controle da execução do PNAE, através do acompanhamento e controle de execução através da participação da comunidade no controle social.

**Desenvolvimento Sustentável-** Estimula compras de alimentos diversificados, produzidos na própria localidade, de preferência pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, dando prioridade as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas.

O PNAE, portanto, vem ao longo dos tempos, ajustando-se às reais necessidades de alimentação no âmbito escolar configurando-se em um programa de relevância internacional, sendo fundamental para que a escola possa desenvolver suas atividades didáticas pedagógicas.

### **3. METODOLOGIA**

A metodologia é a sequência de passos interligados com o propósito de coleta e análise de dados. De acordo com Minayo (2007, p.14) “a metodologia inclui

simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos da operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador.”

Considerando essa perspectiva, apresentaremos a seguir a classificação da pesquisa, o método, os sujeitos da pesquisa, instrumentos de coleta de dados bem como o tratamento dos dados.

### **3.1 Classificação da Pesquisa**

Para realização deste estudo, foi utilizada uma abordagem Qualitativa, que segundo as compreensões de Demo (1998), ao optar por esta abordagem significa ir à essência do fenômeno, é reconhecer o mais importante e as conexões e variáveis ligadas ao mesmo. Na mesma perspectiva, corroborando nessas compreensões, Goldenberg (2004, p.49) aponta, que “os dados da pesquisa qualitativa objetivam uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais”.

Com relação aos objetivos a pesquisa desenvolvida caracteriza-se como exploratória que segundo Gil,

Este tipo de estudo visa proporcionar um maior conhecimento para o pesquisador acerca do assunto, a fim de que esse possa formular problemas mais precisos ou criar hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores, Gil (2008, p. 43).

Quanto ao método, foi realizado um Estudo de Caso, que é uma modalidade de formato de pesquisa que, de acordo com Gil (2009), é rigoroso embora flexível gerador de conhecimento num determinado campo, por meio de princípios e regras que devem nortear o processo de investigação.

Na perspectiva de um estudo de caso, elegeram-se as Escolas do Campo, que oferecem Ensino Fundamental completo, as quais estão sob a responsabilidade do município de Dom Pedrito-RS. Assim, temos a Escola Municipal Rural de Ensino Fundamental Anna Riet Pinto-EMREF e a Escola Municipal Rural Sucessão dos Moraes-EMREF, conforme a organização no mapa

Figura 1: Mapa das escolas rurais



Fonte: Smec /Secretaria de planejamento

### 3.2 Sujeitos da Pesquisa

Foram quatro os sujeitos da pesquisa, os quais são membros da equipe gestora da Secretaria Municipal de Educação-SMEC e gestores das escolas lócus do estudo. Buscando preservar a identidade dos pesquisados, a cada um deles será atribuída uma letra **P** maiúscula seguida de um numeral (1-4).

Todos os momentos da pesquisa foram gravados mediante o consentimento prévio dos entrevistados. Ao convite para participação na pesquisa foi encaminhado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE, (apêndice 1).

### **3.3 Instrumentos de coleta de dados**

Como instrumento de coleta de dados optou-se por realizar entrevistas. Por adequar-se e atingir aos propósitos de um Estudo de Caso, foi usada entrevista semiestruturada, a qual Gil (2009) define:

O entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa entrevistado falar livremente (...). À medida que vai se afastando da pauta, o entrevistador vai intervindo de maneira sutil, dando prosseguimento à entrevista. (Gil, 2009, p.64).

Para esse mesmo autor a entrevista semiestruturada ou por pautas é considerado a mais compatível com o estudo de caso, cujas dificuldades podem ser superadas pela preparação e adequação antecipadas e habilidades do entrevistador. Para, Marconi e Lakatos (1996) a organização e preparação da entrevista são fundamentais, sendo considerada como um dos passos mais importantes da pesquisa, demandando tempo e atenção na sua elaboração.

Nesse sentido, existem critérios a serem seguidos dentre os quais deve priorizar-se o planejamento da entrevista, pautado nos objetivos que se quer alcançar, seleção do entrevistado, que deve ser alguém que tenha ligação com objeto de pesquisa, como também, devem ser sujeitos que tenham disponibilidade de conceder entrevista. Para tanto, elaborou-se um roteiro de entrevistas, o qual será apresentado no Apêndice 2.

### **3.4 Análise e Tratamento dos dados**

Para o tratamento dos dados utilizou-se da Análise de Conteúdo sugerida por Bardin (2011), que segundo essa autora caracteriza-se por ser:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção dessas mensagens (BARDIN, 2011, p. 37).

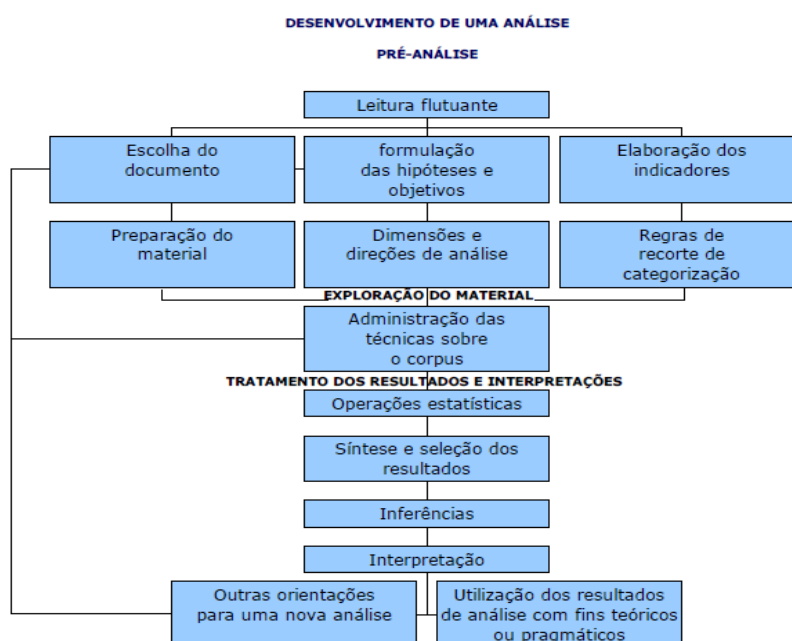
Como a própria autora salienta, esse método é um somatório de técnicas para análise das narrativas. Para que isso suceda, faz-se uso de processos sistemáticos e objetivos, sobre a mensagem das narrações, como indicativos facilitadores para conferir informações no que se refere às condições de como foram produzidas, como também, de que forma foram recebidos tais discursos.



Para além das palavras, de acordo com a autora, busca-se nas entrelinhas seu real sentido de comunicação, intrínsecos a cada diálogo, pois dessa forma compreendem-se as comunicações de forma ampla, profunda e irrestrita.

A seguir, apresento resumidamente, os passos que Bardin sinaliza para o desenvolvimento e análise dos documentos da Análise de Conteúdo, bem como um organograma (figura 2) proposto pela autora para o desenvolvimento/ organização da Análise de Conteúdo.

Figura 2: Organograma da análise



Fonte: adaptado, Bardin, (1977, p.102).

**Pré- análise:** Nesta primeira fase, processa-se a organização e sistematização, para estruturar e dar forma à pesquisa. Selecionam-se os documentos para transcrevê-los, dos quais emergirá as hipóteses para contemplar aos objetivos, (BARDIN 2011).

**Exploração do material:** Nessa etapa, é necessário ocupar-se em trabalhar com assuntos relacionados ao tópico inferência. A inferência como técnica de tratamento de resultados é orientada por diversos polos de atenção, ou seja, polos de comunicação (emissor receptor, mensagem e canal). Este é o momento de estabelecerem-se as diretrizes através de pontos significativos extratados do texto, é o momento de exercitar o que foi planejado para a construção da pesquisa. É

imprescindível que as diretrizes estabelecidas possam ser flexíveis para adaptarem-se às proposições.

**Categorização:** Nos critérios de categorização, as categorias são vistas como classes que agrupam determinados elementos em conformidade com suas características similares. A esquematização possibilita organizar um número significativo de informações. Partindo-se desses princípios, organizam-se as unidades de registro esquematizadas em categorias e subcategorias tendo como ponto de partida os relatos orais dos entrevistados.

**Tratamento dos resultados:** Na fase de interpretação dos dados, o pesquisador retoma o referencial teórico, procurando embasar as análises dando sentido à interpretação. Uma vez que, as interpretações pautadas em inferências buscam o que se esconde por trás dos significados das palavras para apresentarem, em profundidade, o discurso dos pesquisados. Nesta fase, são expostos os dados da categoria em forma de texto, como expressão do conjunto de significações, nas unidades de registro.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Considerando os objetivos propostos para embasamento deste estudo, realizou-se uma pesquisa que sinalizou que os entrevistados ainda não se apropriaram de conhecimentos sobre Educação do Campo sua história e significação, considerando-a como educação rural ou uma simples extensão da escola urbana. Nesse sentido, observou-se que apenas uma política foi mencionada nos diálogos, o que se configurou como provável desconhecimento ou não apropriação de entendimentos sobre o programa PRONACAMPO. Assim, sob essa ótica, foram realizadas as análises que foram comparadas com os Conceitos Gerais e Revisão de Literatura.

Inicialmente buscou-se conhecer quais as políticas públicas que contemplam as Escolas do Campo de Ensino Fundamental do município, porém, no transcorrer das entrevistas, ficou perceptível que, por intermédio dos gestores municipais e gestores das escolas, seria possível conhecer apenas uma única Política Pública o que não

contempla em sua totalidade ao objetivo inicialmente proposto. Observou-se que há desconhecimento por parte dos pesquisados com relação a essa temática. Porém sabemos que as escolas são contempladas com algumas políticas correspondentes aos quatro eixos do PRONACAMPO e também pelo PNAE.

Neste estudo temos os resultados acareados com os conceitos e Revisão de Literatura, que na sequência são discutidos, considerando os pontos de vista assinalados pelos entrevistados. Observou que os pesquisados não associam benefícios recebidos pela escola, para infraestrutura, livro didático, transporte escolar, formação inicial e continuada de professores, etc. como originárias do PRONACAMPO, demonstrando não conhecer o programa, tanto que em seus relatos trazem para discussão apenas a problemática dos transportes, porém sem associá-lo a política do PNATE.

Percebeu-se que o transporte escolar, única categoria que despontou nas entrevistas, é oneroso para os cofres públicos, e de difícil gerenciamento para os gestores municipais, cuja solução de sua problemática ainda não foi vislumbrada, restringindo-se somente ao campo das suposições, o qual foi da seguinte forma descrito: a partir da análise do material, por meio das unidades de registro, suscitou apenas uma categoria, Transporte Escolar e subcategorias: Segurança no transporte; Fator Climático *versus* Estradas; Deslocamentos. No quadro 1, apresentamos número de unidades obtidas dos relatos entrevistados.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	Nº DE UNIDADES
Transporte Escolar	Segurança no Transporte	1
	Fator Climático <i>versus</i> Estradas	4
	Deslocamentos	3

Quadro 1: categoria, subcategorias e nº de relatos orais dos pesquisados em relação a temática

### **Categoria Transporte Escolar**

O Transporte Escolar é um direito de todos os estudantes, cuja residência fica mais de dois quilômetros longe do educandário. É de responsabilidade dos Estados e Município, garantir-lhe acesso e permanência na escola, conforme está garantido

na Declaração dos Direitos das crianças, aprovada pelas Nações Unidas em seu Princípio 7º, assim redigido:

A criança terá direito a receber educação, que será gratuita e compulsória pelo menos no grau primário. Ser-lhe-á propiciada uma educação capaz de promover a sua cultura geral e capacitá-la a, em condições de iguais oportunidades, desenvolver as suas aptidões, sua capacidade de emitir juízo e seu senso de responsabilidade moral e social, e a tornar-se membro útil da sociedade. (ONU,1959, citado por CAVALCANTE, p.255).

O direito da criança ao transporte escolar também está assegurado em nossa constituição no Art. 208, VII, na afirmativa, “atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 1988, p.145.). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB (Lei nº9. 394/1996) ratifica as obrigações Estatais garantidas na constituição, incumbida, atribuindo aos Estados e Municípios a responsabilidade do transporte escolar, em sua rede de ensino.

### **Segurança no Transporte**

Para que o transporte escolar seja realizado com segurança, são necessários requisitos mínimos quanto ao veículo e ao motorista. Os veículos poderão circular, somente com autorização dos órgãos estaduais de trânsito, em cujo registro deve constar como veículo de passageiros. Devem estar devidamente equipados com cintos de segurança igual ao número de lotação; tacógrafo; nomenclatura com o indicativo de veículo escolar. Os motoristas dos veículos destinados ao transporte de estudantes devem ter carteira de habilitação, categoria “D”; ter mais de 21 anos, não ter cometido infrações nos últimos 12 meses, devem se ser submetidos a cursos de formação continuada, nos quais são instruídos quanto às regras de segurança e comportamento no intuito de habilitarem-se a trabalhar com veículos escolares (BRASIL,1997).

Mesmo considerando todas as prerrogativas que versam sobre a segurança do transporte escolar ainda são registradas falhas, ou seja, situações que não correspondem ao prescrito, conforme ficou sinalizado pela fala de uma das pesquisadas, como se pode observar:

*(...) muitas vezes as portas emperram ou fecham mal, os cintos de segurança na verdade não oferecem segurança, as crianças às vezes não tem segurança no transporte, e eu brigo por isso! (...), elas vem sozinhas, de lugares distantes (P4).*

Fica salientado pelas declarações da entrevistada, que os propósitos legais de segurança para o transporte escolar, nem sempre são acatados, originando situações que podem colocar os estudantes em risco. Cabem então, alertas às autoridades do município, responsáveis pelo transporte escolar, no sentido de interceder para haver fiscalização.

### **Fator Climático versus Estradas**

Dom Pedrito está inserido no Bioma Pampa, que tem clima subtropical, que se caracteriza por apresentar as quatro estações bem definidas. Sofre influência dos fenômenos “*El Niño*” e “*La Niña*”, os quais se caracterizam por fases de chuvas e estiagens, respectivamente (PAULA, et al, 2010). Em consequência da ocorrência excessiva de chuvas, há impacto no transporte escolar, pois as estradas ficam intrafegáveis. A logística fica complicada uma vez que alguns ficam ilhados e outros não, conforme o explicitado na fala: “(...), pois, muitas vezes nós conseguimos chegar na escola, mas os alunos não, as estradas não permitem em dia de chuva(...)” (P3)

Percebe-se nesse relato a aflição da entrevistada, quando menciona que o acesso dos professores, da zona urbana à escola é viável, porém, a estrada para o acesso dos estudantes é impossibilitada. Ainda em consequência das chuvas, outro relato é apresentado, suscita outra questão, que é o processo de aprendizagem, como se observa,

*As escolas do campo sofrem as consequências da falta de aula quando chove, os alunos perdem o entusiasmo de aprender, e nós ficamos desanimados (P4).*

Fica evidenciado nas oralidades, que estradas em más condições, corroboram como agentes que interferem no desempenho das escolas prejudicando as atividades didáticas pedagógicas e afetando a autoestima dos seus atores. Outra questão implícita aos fatores climáticos e estradas campesinas é percebida, quando um dos entrevistados em suas ponderações, traz à tona a condição humana psicológica dos professores,

*Os professores chegam a passar quarenta e cinco dias sem poder vir na cidade, pois os períodos de chuva impedem dos veículos transitarem pelas estradas, que chegam a levar duas a três semanas para secar, e aí vem outra chuva (...). (P1)*

O professor é impactado em sua vida pessoal e profissional, o que evidencia o conflito que existe na educação do campo, no que tange ao seu desenvolvimento.

Buscando hipóteses de alternativa uma das entrevistadas sugere como possibilidade de solução para essa problemática que,

*“(...) deveriam ser criadas mais escolas nucleadas, (...), pois estas diminuiriam as distâncias entre as escolas e a residência dos estudantes, mas o município não tem verbas”. (P2)*

Embora exista uma política pública garantida direcionada para o transporte (PNATE), seu efeito é paliativo, visto que, remonta a um fenômeno complexo que envolve questões climáticas, precariedade de estradas e dimensões geográficas.

### **Deslocamentos**

Dom Pedrito tem uma extensão territorial de 5 192,105 km<sup>2</sup>, é o quinto maior município do estado do Rio Grande do Sul, com dois mil e seiscentos quilômetros de estradas rurais, esse fato confirmou-se por meio da fala do entrevistado, quando mencionou que:

*(...) Dom Pedrito é o quinto maior município do estado com dois mil e seiscentos quilômetros de estradas rurais, muitas das escolas bem longe da sede do município, o que demanda uma logística bem complicada. (P 1)*

Percebe-se que o transporte escolar se constitui num impasse para o município, cuja solução ainda não é vislumbrada, visto que, os fatores geográficos interferem de forma determinante.

Através do mapa (fig.3), pode-se avaliar a extensão de terras do município de Dom Pedrito, a distribuição das Escolas e Localização das escolas Ana Riet e Sucessão dos Moraes. a extensão do território e os consequentes distanciamentos das escolas o que justifica as dificuldades inerentes ao transporte escolar.

Figura 3



Fonte: Raphael Lorenzeto de Abreu - Image RioGrandedoSul MesoMicroMunicip.svg,

As escolas do campo recebem estudantes das mais diversas localidades, existem duas instituições municipais de ensino fundamental. São quase trezentas crianças que estudam nas escolas do campo sendo que algumas delas saem de suas casas às cinco horas da manhã, levando mais de três horas para chegar à escola, conforme sinalizou um dos pesquisados.

*(...) tem alunos que levantam muito cedo, que vêm de regiões muito distantes, por exemplo, tem alunos que vem para a Sucessão dos Morais, lá de perto da Cruz de São Pedro. (P2)*

Cruz de São Pedro é uma localidade, que faz fronteira com o vizinho país, Uruguai. Esse fato interfere no desenvolvimento das atividades didático pedagógicas do estudante e também implica em sobrecarga econômica para município. Esses fatos evidenciam-se quando o pesquisado declara: “o transporte é muito oneroso para o município, além das crianças chegarem cansadas”. (P1)

Ainda sobre a questão dos distanciamentos, um dos pesquisados faz uma proposição, a qual entende que atenuaria o problema.

*As distâncias prejudicam muito, fica difícil para os alunos chegarem na escola, os alunos moram longe, teria que ter um PPP, com regimentos que atendessem a esse problema, um calendário mais adequado às escolas do campo. (P3).*

Observamos que os entrevistados têm percepções e sugestões para a resolução do “problema” dos distanciamentos, pois outro pesquisado defende:

*Deveria haver mais escolas multisseriadas, para que as crianças não precisassem acordar tão cedo, levam horas se deslocando no transporte, (..) chegam muito cansadas para estudarem, suas casa ficam muito distantes.(P4)*

O deslocamento dos estudantes, de sua residência à escola tem todo um amparo legal ao estudante do campo, fundamentado nas Leis específicas e Diretrizes e Programas proporcionados pelo Estado, que asseguram a todos o direito a gratuidade, qualidade e segurança, para chegarem aos educandários. Porém as questões legais de segurança, e os subsídios disponibilizados pelos programas existentes, não são suficientes para garantir a frequência dos estudantes do campo na escola, de forma segura e compatível com o que rege as diretrizes dessas leis.

O temático Transporte Escolar e seus respectivos desdobramentos são complexos e configura-se como um problema de difícil solução na Educação do Campo. Há uma multiplicidade de fatores que contribuem para o estabelecimento dessa condição, seria necessário um estudo aprofundado das questões que depreendem desse contexto.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa teve como objetivos analisar as Políticas Públicas que contemplam as escolas do município de Dom Pedrito, como elas são acessadas, e as concepções dos pesquisados sobre a Educação do Campo e PRONACAMPO. Embora a preocupação abrangesse falar sobre todas as Políticas que contemplam as escolas, houve a frustração da expectativa, porque a única temática que emergiu do diálogo com os pesquisados foi o Transporte Escolar e o quanto impacta a comunidade escolar do campo.

Essa é uma situação tão dramática para os educandários e educadores, que aos seus gestores passam despercebidas as questões relativas a outros programas



que contemplam e beneficiam as instituições de ensino. Percebem-se fragilidades nessas compreensões, o que nos faz sentir a importância do entendimento sobre Políticas Públicas enquanto professor, no sentido de possibilitar criar/buscar condições para entender o contexto no qual está inserido, com possibilidades de intervenção, em busca por melhorias.

A própria condição climática e de transporte tão abordada pelo pesquisados originou dificuldades para realização da pesquisa. Porém, deve-se considerar que fatores adversos, remetem ao aprendizado e que dessas experiências devemos extrair conhecimentos, para novas formas de abordagem e desenvolvimento de estudos, enriquecendo dessa forma o processo de formação.

É importante ter em vista, que um estudante do Curso Educação do Campo deve atuar para além do espaço universitário, preparar-se para a gestão, e para tanto, faz-se necessário aprofundar conhecimentos sobre Políticas e Programas direcionados para as escolas, conhecer a forma de acessá-los, compreender sua finalidade e suas múltiplas implicações. A transformação da escola depende desses entendimentos e abstrações. Não podemos menosprezar as vivências dos professores das Escolas do Campo, o que lhes confere conhecimento ímpar, cuja importância e significação, não se encontram nos bancos Universitários. Muitos deles, originários do campo, cujas famílias choraram suas ausências, pois, quando ainda pequenos tiveram que vir estudar na cidade.

Desenvolver este trabalho possibilitou-me, reforçar o respeito a todos os professores incondicionalmente e admirar- lhes a coragem de ser educador em situações tão precárias, muitas vezes desumanas. Mas, meu maior aprendizado, foi fortalecer a compreensão da importância de sermos, a cada dia, mais humanizados e sensíveis às causas sociais, como condição básica para ser professor.

Ainda é preciso enquanto finalização de um Trabalho de Conclusão de Curso, a sugestão de promover Formação Continuada, na temática Políticas Públicas aos professores que atuam nas Escolas, para que diminua essas incompreensões, até para se ter um melhor desenvolvimento das atividades didático Pedagógicas. Temos que considerar a relevância dos professores terem acesso a esses cursos para que possam conscientizar-se da Escola também como espaço político e nela atuar, buscando entender seu funcionamento, manutenção e desenvolvimento, e formas democráticas de participação direta em sua gestão. No segundo Eixo do

PRONACAMPO, temos o PROCAMPO, que traz implícito em sua estrutura, a Formação Continuada, justamente para suprir a necessidade de aperfeiçoamento dos professores em atuação nas Escolas do Campo.

Somente dessa forma os professores poderão apropriar-se dos conceitos sobre Políticas Públicas, que são propostas para resolução de problemas, compreendê-los a partir da Escola, locus de sua atuação, o que lhe possibilitará a promoção de ações com vista ao bem comum, e desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Gonzales Miguel, CALDART, Salete Roseli, MOLINA Castagna Mônica (organizadores) **Por Uma Educação Do Campo**. 5.ed.-Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 1977.

\_\_\_\_\_. **Análise de Conteúdo** São Paulo SP: Edições 70, p.37, 2011.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

Link de Acesso: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 19 de outubro de 2018.

BRASIL. **Cartilha Nacional de Alimentação Escolar**. 2ª ed. Brasília, DF, 2015

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação**. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB (Lei nº 394/1996). Link de acesso: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm)> Acesso em: 10 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera)**: manual de operações. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/projetosprogramas/0127102302.pdf>>. Acesso em 18 de Março de 2018.

\_\_\_\_\_. Lei n.11947 de 16 de junho de 2009. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2009. Link de Acesso: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-11947-16-junho-2009-588910-normaatualizada-pl.html>> Acesso em: 18 de outubro de 2018.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação. Presidência da República**. Decreto nº 7352 de 4/11/2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional da Reforma Agrária (PRONERA). 2010. [acesso em 02 maio 2016] Disponível em:<[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010, Decreto/D7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7352.htm)>.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD** - Educação do Campo: marcos normativos Brasília, 2012. Link de acesso: <[http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib\\_educ\\_campo.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf)> Acesso em: 26 de setembro de 2018.

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional de Educação do Campo PRONACAMPO**. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO CONSELHO DELIBERATIVO. RESOLUÇÃO Nº 38 DE 8 DE OUTUBRO DE 2013. Link de Acesso: <[http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/res38\\_08102013.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/res38_08102013.pdf)> Acesso em: 28 de setembro de 2018.

CALDART, R. S. Educação do Campo (verbetes). In: CALDART, R.S.; PEREIRA, I.B; ALENTEJANO, P. FRIGOTTO, G. (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio

de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DEMO, P. **Pesquisa Qualitativa: Busca de Equilíbrio entre Forma e Conteúdo.** Ver. Latina am. enfermagem, Ribeirão Preto, v.6, n 2, p.89-104, abril, 1998.

FERNANDES, B. M. **Reforma agrária e educação do campo** no governo Lula. In: **Campo-território: Revista de Geografia Agrária**, São Paulo, v. 7, n. 14, p. 1-23, ago., 2012.

GIL, Antonio. Carlos. **Estudo de Caso**, p.43, São Paulo SP: Atlas SA, 2008.

GOLDEMBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar: Como fazer Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais.** p. 49, 8ª ed p. Record, Rio de Janeiro 2004.

MARCONI, M. D. A., LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**, 3ed. p.14, São Paulo, Atlas, 1996.

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MOLINA, M. C.; SÁ, L.; M. Escola do Campo. In: CALDART, R et al (Orgs.) **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

PAULA, et al., ESTUDO PRELIMINAR DA PREFERÊNCIA DE COR PARA ROTA E SETA DE MANOBRA EM MAPAS DE SISTEMAS DE GUIA DE ROTA. 2010. BCG - Boletim de Ciências Geodésicas - On-Line version, ISSN 1982-2170. Link de acesso: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1982-21702014000200019>> Acesso em: 26 de outubro de 2018.

SOUZA, Celina, **Políticas Públicas: Uma revisão da literatura**, Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20 a 45.

## APÊNDICES

### Apêndice 1 – TERMO DE INFORMAÇÃO E LIVRE CONSENTIMENTO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO,  
DIVERSIDADE E INCLUSÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
CAMPUS DOM PEDRITO



### TERMO DE INFORMAÇÃO E LIVRE CONSENTIMENTO

A Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, Campus Dom Pedrito/RS, oferta o Curso de Educação do Campo - Licenciatura com o objetivo de “formar licenciados aptos para docência em Ciências da Natureza nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, capazes de contribuir na gestão de processos educativos e de desenvolver estratégias pedagógicas que visem à formação de sujeitos autônomos e criativos, capazes de investigar questões inerentes à sua realidade, vinculadas à qualidade social do desenvolvimento de áreas rurais, contribuindo para que o homem do campo tenha opção de escolha”.

Para a conclusão desta licenciatura há de se desenvolver uma pesquisa, na perspectiva de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o qual tem como princípios: (i). A investigação como método de conhecimento e de ensino-aprendizagem. (ii). A indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão na formação acadêmica do educando. (iii) A integração entre teoria e prática na produção do conhecimento; (iv) A produção do conhecimento como prática social historicamente situada.

No projeto: **Análise das políticas públicas para a Educação do Campo no município de Dom Pedrito/RS**, busca-se conhecer o cenário municipal frente ao desenvolvimento das políticas públicas direcionadas a Educação do Campo. Neste sentido, o projeto prevê diversas etapas de pesquisa, dentre as quais: pesquisa documental, entrevista e observação. A fim de realizar o Projeto, você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a). Caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento.

#### DECLARAÇÃO DO(A) PARTICIPANTE:

Eu, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (cargo/função), \_\_\_\_\_ da \_\_\_\_\_ (nome da instituição), AUTORIZO a utilização das informações e reflexões por mim prestadas para fins educacionais e de pesquisa no projeto mencionado acima.

Local e data: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

Nome: \_\_\_\_\_

DADOS PROFESSOR RESPONSÁVEL	DADOS ACADÊMICO RESPONSÁVEL
Profa. Dra. Denise da Silva UNIPAMPA - Campus Dom Pedrito	Nome: Riza Maria Ribeiro Vieira CPF:626203800-06
Av. 21 de Abril, 80 – Dom Pedrito – RS CEP 96450-000	Endereço: Ministro Demétrio Mércio Xavier, nº 2198
Fone: (53) 3243-9539	Contato: (53) 999481347
Email: deniseds@unipampa.edu.br	E-mail: <a href="mailto:rizamariaribeirovieira@gmail.com">rizamariaribeirovieira@gmail.com</a>

## Apêndice 2

### **ROTEIRO DA ENTREVISTA**

- Quais os seus entendimentos sobre Educação do Campo?
- Quais seus entendimentos sobre Políticas Públicas e sobre o Programa Nacional de Educação do Campo-PRONACAMPO?
- Quais as Políticas Públicas que contemplam a Escola, e de que forma são acessadas?